

Tesouro assume riscos do interbancário

por Cláudia Safatle
de Brasília

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, explicou na quarta-feira que os recursos que estão sendo negociados junto aos bancos credores do País não representam novos empréstimos fora do pacote dos 4 projetos. O empréstimo de US\$ 1,5 bilhão, que este jornal noticiou como adicional, foi pedido pelo governo aos bancos internacionais que não cumpriram seus depósitos nos bancos brasileiros que operam no exterior, nos níveis de julho do ano passado.

Ou seja, o Brasil quer um empréstimo exatamente para cobrir o que falta no projeto 4 de financiamento do balanço de pagamentos — depósitos interbancários —, atualmente com US\$ 6 bilhões, quando se previram US\$ 7,5 bilhões. Agora, portanto, o governo deseja que essas instituições façam o empréstimo ao Banco Central do Brasil e este repasse aos bancos brasileiros que têm agências no exterior o valor equivalente ao que está faltando no projeto 4, sendo que todo o risco passa a ser do Tesouro Nacional, e não mais dos bancos.

O ministro explicou, ainda, através da assessoria de imprensa, que esses recursos não significariam um novo empréstimo-jumbo, pois seriam negociados a taxas de juros e prazos do "money market", enquanto um jumbo implicaria prazos mais dilatados e juros mais elevados.

Embora o ministro da Fazenda esteja procurando formas alternativas de obter os recursos que faltam sem recorrer ao empréstimo-jumbo, mas buscan-



Ernane Galvêas

do contornar as deficiências notáveis do projeto 4 (hoje na casa dos US\$ 6 bilhões), uma categorizada fonte do Planejamento enfatizou que a "única solução será o novo jumbo, que terá de ser negociado logo após os acertos com o Fmto Monetário Internacional". Ela, aliás, é a mesma linha de desabafo do presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, que forneceu essa alternativa durante um pronunciamento na última terça-feira, no Rio de Janeiro para uma plateia de 450 empresários.

A fonte da Seplan reforçou ainda mais essa ideia ao tomar conhecimento da proposta do presidente do Fed (Banco Central norteamericano), Paul Volcker, que, segundo um dos banqueiros participantes de uma reunião por ele convocada ontem em Nova York, teria defendido o fim dos projetos 3 e 4 de refinanciamento da dívida externa brasileira, dando uma alternativa: desfazer o esquema de coordenação para os quatro projetos e montar um úni-

co comitê de liderança, formado por um banco americano, um canadense, um europeu, um inglês, além de um banqueiro da Europa Ocidental e um japonês.

Esse comitê, junto com os bancos centrais dos países credores, é que faria todo o trabalho de coordenação. Essa sugestão foi considerada "bastante interessante" pela fonte consultada, para quem ela representará o desmantelamento de todo o acordo e a negociação de um empréstimo-jumbo com significativa participação dos bancos europeus. Resta saber, apenas, se estes concordam com a sugestão de Volcker, "o que é difícil", concluiu.

Responsabilidade é de Figueiredo

por Milton Wells
de Porto Alegre

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, esclareceu quarta-feira que o governo não está pedindo empréstimo adicional de US\$ 1,5 bilhão junto aos bancos internacionais. Disse que, dos projetos acertados em dezembro último, em Nova York, está faltando a quantia de US\$ 1,5 bilhão para que sejam concluídas as negociações. "Na medida em que eles completarem este programa, o pacote financeiro está fechado", disse o ministro, acrescentando que os bancos menores e regionais dos Estados Unidos e da Europa são os que ainda não liberaram os empréstimos prometidos.

Galvêas afirmou que as medidas a serem adotadas pelo governo, relativas ao novo "pacote" econômico, ainda não foram defi-

nidas de todo. Admitiu que os aumentos de preços derivados da retirada dos subsídios ao trigo, açúcar e petróleo e sua consequente desindexação no salário estão sendo analisados por economistas e professores universitários. No entanto, não há nenhuma decisão neste sentido, segundo ele, lembrando declarações do próprio ministro Delfim Netto, para quem essa possibilidade está fora de consideração.

Sobre a responsabilidade do novo "pacote", Galvêas explicou que o mesmo está sendo analisado pela esfera econômica do governo, devendo posteriormente ser encaminhado aos outros ministros para depois ser homologado. A responsabilidade final do conjunto de medidas, conforme o ministro, será do próprio presidente João Figueiredo.

Quanto ao déficit público, o ministro reiterou que estão sendo analisadas alternativas para reduzir as despesas de custeio das estatais para que seja atingido o patamar exigido pelo FMI. Ele acha que o limite suportável do déficit público seria em torno de 2 a 3%, explicando que o governo pretende adotar uma política gradual neste sentido. "Estamos desenvolvendo uma política para que gradualmente o déficit público atinja o limite suportável. Assim, poderemos chegar a 7 e a longo prazo a 5%.

O governo abandonou a fixação de um teto-limite para a inflação, de acordo com Galvêas, para quem há uma preocupação apenas no sentido de que ela "seja a menor possível". Segundo ele, somente a partir do ano que vem o governo deverá entrar num programa mais firme contra o processo inflacionário.